

Apresentação do dossiê

André Ricardo de Souza¹

Este dossiê é dedicado a importantes questões investigativas enfrentadas pelos cientistas sociais que lidam com o fenômeno religioso. Seus temas estão entre os mais presentes nos debates e publicações dos sociólogos da religião no Brasil, indicando também lacunas e possibilidades de pesquisa ainda a serem realizadas. Surgiu de uma interessante diversidade de autores, abrangendo dois destacados pesquisadores que são referência nos estudos da área, assim como três professores que vêm a passos largos se firmando nesse campo e dois pós-graduandos em coautoria com seus experientes orientadores.

O conjunto acabou ganhando também um caráter de homenagem a Antônio Flávio Pierucci, que nos deixou o convívio em 2012, estando suas contribuições analíticas de algum modo presentes nos artigos, sobretudo em dois deles onde ocorre um profícuo debate sobre as ideias do sociólogo uspiano². Entre esses textos, especificamente, há uma discreta discordância de interpretação a respeito do chamado pluralismo religioso brasileiro. Silvia Fernandes discute de modo interessante as questões referentes à diversidade religiosa nacional, enfocando a intolerância sofrida pelas minorias compostas principalmente pelos adeptos das religiões afro-brasileiras. Ao destacar a repercussão do caso de uma menina de onze anos atingida por pedra no Rio de Janeiro em junho de 2015 pelo fato de estar vestida como uma filha de santo, a autora problematiza a noção de minoria religiosa, em face das manifestações de repúdio ao ato ocorrido e de apoio à família da adolescente por parte de lideranças de diferentes tradições religiosas. Ela afirma que situações como essas fazem vir a público a reivindicação, não só por direitos humanos, mas também por reconhecimento.

No outro artigo em diálogo com o desafiador pensamento de Pierucci e também de Pierre Bourdieu, eu abordo a produção em sociologia da religião no Brasil e o ofício do cientista com tal especialização, discutindo a complexa questão do religioso sociólogo da religião. Para isso, tomo como fundamental

1 Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo, Brasil - anrisouza@uol.com.br

2 O dossiê estava em fase final de editoração quando faleceu outro grande sociólogo da religião, igualmente da Universidade de São Paulo: Lísias Negrão, que é citado nos artigos e homenageado aqui também.

contribuição teórica o conceito de religiosidade, desenvolvido por Georg Simmel. Em consonância com a proposta do texto, dialogo também com Peter Berger e Jürgen Habermas sobre aspectos da secularização e da relação contemporânea entre religião e ciência.

Já a relação da religião com o Estado e a esfera política é o tema do artigo de Flávio Sofiati. Perpassando as contribuições de Max Weber e de vários pesquisadores contemporâneos, o autor discute as questões que envolvem a laicidade no Brasil. Nos segmentos evangélico pentecostal e católico carismático temos, de um lado, a emotividade atraente a um número crescente de pessoas e, do outro, a participação político-partidária com seus desdobramentos e controvérsias. Tais segmentos têm demandas políticas conservadoras, havendo, no caso dos evangélicos, reivindicação de ainda mais liberdade religiosa em contraposição à Igreja Católica, algo que, embora com algumas distorções, contribui para o debate a respeito da laicidade em nossa sociedade.

Reginaldo Prandi e Renan dos Santos apresentam de modo amplo as principais mudanças ocorridas do cenário religioso brasileiro ao longo do Século XX, sobremaneira a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), que está completando 50 anos. Esse grande evento histórico da Igreja Católica significou adaptação dela, em grande medida, ao processo de secularização que tem como cerne a incorporação pelo indivíduo moderno de outras fontes de orientação de conduta, além da religião e também em detrimento dela. O texto aborda a imbricação entre os fluxos de industrialização e urbanização com a transformação nos universos evangélico e católico. Aquela grande reunião em Roma gerou inovações doutrinárias que levariam ao surgimento das duas faces destacadas do catolicismo brasileiro contemporâneo: por um lado, a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, por outro, a Renovação Carismática Católica (RCC). Nos anos 1980, as CEBs e as pastorais sociais exerceriam papel relevante na formação de movimentos sociais e reabertura democrática, porém começariam a entrar em refluxo, já no pontificado de João Paulo II. A RCC, por sua vez, começava a se dinamizar por meio de novas comunidades e recursos de mídia. Naquela década, emergiram outros atores sociais e políticos, inclusive evangélicos pentecostais.

Além do engajamento político-partidário, os autores ressaltam no meio evangélico a grande diversificação de denominações pentecostais, o vultoso investimento midiático e o processo crescente de aceitação do mundo, liberalização de costumes, absorção de indivíduos também de classe média e valorização do consumo, em sintonia com a Teologia da Prosperidade, a marca neopentecostal. Surgem evangélicos não identificados com igrejas, predominantemente

jovens de periferias urbanas que se somam àqueles sem religião no desejo de mais liberdade, oriundo em grande medida do amplo acesso a informações de várias fontes, com destaque para a internet. Assim como Sofiati, os autores ressaltam que a participação dos evangélicos pentecostais na política partidária está diretamente relacionada com a secularização, na medida em que, embora movidos por pautas religiosas, reivindicam laicidade do Estado em contraposição à tradicional influência católica sobre ele. Atuam politicamente de modo pragmático em prol dos interesses institucionais de suas igrejas e também em termos de moral sexual e reprodutiva, aliando-se com católicos, sobremaneira identificados com a RCC.

Entre pentecostais e carismáticos não ocorre apenas aliança política pontual, mas também experiências ecumênicas, conforme o artigo de Cecília Mariz e Carlos Souza. O pentecostalismo floresceu no início do Século XX quando o ecumenismo, impulsionado por jovens missionários de igrejas protestantes históricas, começava a ganhar feições significativas. São movimentos com bases culturais bastante distintas. Mais uma vez fica evidente a importância do Vaticano II, neste caso em particular para o ecumenismo, tendo sido o momento em que a Igreja Católica finalmente fez a sua adesão. Os autores chamam atenção para o fato de ter havido no início da RCC – nos Estados Unidos da segunda metade dos anos 60, ou seja, logo após o concílio – trocas doutrinárias entre católicos e pentecostais. Isso, porém, foi deixado de lado pelas lideranças desse movimento, justamente para amenizar a resistência do alto clero. Por tal motivo, preferiram enfatizar a origem do catolicismo carismático naquele grande encontro, agora cinquentenário. Com a plena aceitação institucional do carisma católico, o discurso ecumênico pôde então voltar a seu meio, conforme os casos relatados no texto. Entretanto, prossegue a atribuição da origem da RCC ao Vaticano II, não só pela valorização dos leigos ocorrida a partir daquele evento, mas principalmente pela abertura da igreja à proposta ecumênica, sem o que o intercâmbio deliberado com os evangélicos não teria sido possível.

Mariz e Souza apontam ainda o fato de o ecumenismo ser um tema valorizado por teólogos e intelectuais orgânicos de igrejas históricas, o que levou parte deles a se afastarem dessas instituições. Trata-se, porém, de algo ainda pouco estudado sociologicamente. Nos anos 1980 e 90, ganhou força nas denominações cristãs a postura de rejeição de práticas ecumênicas em face da crescente concorrência por adeptos no mercado religioso. Mas a despeito da aversão institucional, o “ecumenismo popular” prosseguiu e parece ter tomado um impulso com as novas experiências de interação entre católicos carismáticos e evangélicos pentecostais.

Num contexto marcado por discriminação e intolerância, como ressaltou Fernandes, o ecumenismo e o diálogo inter-religioso estão sendo de algum modo reafirmados como uma resposta dos próprios atores religiosos. Mediante o fato de a Igreja Católica ser atualmente liderada por papa Francisco, alguém que vem se mostrando coerente com o nome adotado e, portanto, voltado para o diálogo com diferentes e enfrentamento do problema ambiental, a perspectiva ecumênica parece mudar em relação às décadas anteriores. Por outro lado, prosseguem organizações religiosas com práticas bastante beligerantes e controversas. Analisar com acuidade essa complexa realidade contemporânea, eis a tarefa do sociólogo da religião.